Publicado em 16/04/2024 - 05:54

Governo propõe redução de metas fiscais, e superávit fica para 2026

Governo reduz meta fiscal para 2025

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, ontem, mudança nas metas para as contas públicas em 2025 e 2026 – a primeira alteração desde que o novo arcabouço fiscal entrou em vigor, há menos de um ano.

Os alvos foram reduzidos de um superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 0% em 2025 – a mesma meta deste ano, que foi mantida – e de um superávit de 1% do PIB para 0,25% em 2026. As metas de 2027 e 2028, que ainda não haviam sido fixadas, ficaram em saldos positivos de 0,50% e 1% do PIB, respectivamente. Na apresentação, o governo anunciou também a projeção de salário mínimo para 2025, de R$ 1.502, com aumento nominal de 6,39% *(leia mais ao lado)*.

> *Gostaríamos de frisar compromisso com a sustentabilidade da dívida e lembrar que essa é uma missão compartilhada por todos os poderes.*
>
> **GUSTAVO GUIMARÃES**
> Secretário-executivo do Ministério do Planejamento

Em 2025, de acordo com as projeções da equipe econômica, o déficit zero só será alcançado porque o pagamento de precatórios (dívidas judiciais da União), por decisão do Supremo Tribunal Federal, não será contabilizado na meta, assim como acontece neste ano. O impacto dessa despesa é de R$ 39,9 bilhões no próximo ano. Se o valor fosse considerado, haveria déficit primário de 0,23% do PIB em 2025.

Na prática, essas mudanças nos alvos fiscais significam que o governo adiou a expectativa de colocar as contas no azul com resultado positivo na comparação entre receitas e despesas no orçamento. O anúncio também expõe as fragilidades do novo arcabouço fiscal, pois o governo contava com aumento de arrecadação para cumprir a regra. Ao mudar a meta, o governo sinaliza que a arrecadação não vai crescer como ele esperava anteriormente e, portanto, a balança entre receitas e despesas vai ficar com um resultado menor.

Trajetória

Há, ainda a preocupação com a trajetória dos gastos obrigatórios, sobretudo das despesas previdenciárias e assistenciais, que são atreladas ao salário mínimo. Na apresentação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO), o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, avaliou, porém, "que a nova trajetória das metas mantém a sustentabilidade das contas públicas". E reforçou o recado que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem dando reiteradas vezes, de olho nas atuações do Congresso e do Judiciário:

– Gostaríamos de frisar compromisso com a sustentabilidade da dívida e lembrar que essa é uma missão compartilhada por todos os poderes – disse.

A mensagem não conteve as críticas por parte do mercado financeiro, que analisa os números com lupa. O economista Gabriel de Barros, da Ryo Asset, destaca que os parâmetros utilizados na LDO são "irrealistas". Ele entende que houve despesas subestimadas pela equipe econômica, como Previdência, Benefício de Prestação Continuada (BPC), abono e seguro-desemprego:

– As despesas me parecem subestimadas para fazer caber dentro da trajetória de primário escolhida. Ou seja, a conta é feita de trás para frente. É conta de chegada, e não resultado de projeções críveis de cada uma das rubricas de despesa primária. É um PLDO irreal, utópico, sem aderência com a realidade da dinâmica de cada uma das rubricas de gasto.

Mínimo de R$ 1.502

O salário mínimo em 2025 é estimado em R$ 1.502, com aumento nominal de 6,39%. O reajuste segue a projeção de 3,25% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os 12 meses fechados em novembro mais alta de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023.

O projeto de lei de diretrizes orçamentárias também apresentou previsões de R$ 1.582 para o salário mínimo em 2026, de R$ 1.676 para 2027 e de R$ 1.722 para 2028. As estimativas são preliminares e serão revistas no PLDO dos próximos anos.

O valor do mínimo para 2025 ainda pode ser alterado, dependendo do percentual efetivo do INPC e da nova política de reajuste. Cada aumento de R$ 1 no mínimo tem impacto de cerca de R$ 370 milhões no orçamento.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 7

Copyright © Clipclap 2025.